

Código de Defesa do Consumidor completa 30 anos nesta sexta, 11

Página 3

Pesquisa rápida e fácil!

Encontre as leis estaduais por assunto, palavra-chave, número, autor e fique sempre atualizado com os seus direitos!



AGORA
E LEI!
NO PARANÁ

Se é lei, tem que cumprir!

Pesquise por assunto...

Animais em hospitais

Estágio para estudantes

Assessoria Legislativa do Estado do Paraná

Alep aumenta a tabela de custas dos cartórios no Paraná

PÁGINA 2

Zonas eleitorais iniciam teste de urnas

PÁGINA 4



Convenções partidárias iniciam na segunda-feira, 14

PÁGINA 4

Secretaria de Saúde de Assis faz novo balanço e alerta sobre a Dengue

PÁGINA 5

Cooperando com a economia da sua casa!

Copacol
Supermercados



As consequências das medidas e políticas ambientais brasileiras

O mundo todo reconhece o Brasil como um dos Países mais importantes para a manutenção da vida humana na Terra, em função da extensão e riqueza de nossos ambientes naturais, em especial da Amazônia, mas não exclusivamente. Em qualquer pesquisa que se faça no exterior, seguramente será apontada a necessidade da proteção da natureza no Brasil como forma de regular o clima mundial, manter o regime de chuvas, proteger as comunidades indígenas e tradicionais e sua fauna tropical, entre as principais.

A diversidade de nossos ecossistemas (fauna, flora, fungos, bactérias, etc), assegura o equilíbrio biológico e é fonte inesgotável de princípios para fármacos úteis à humanidade, sendo que a imensa maioria sequer foi identificada e estudada pela ciência. A sua perda representa, portanto, prejuízo incalculável para a geração atual e todos os nossos descendentes. Agressões aos ambientes naturais podem trazer outros malefícios à sociedade, tal qual a provável origem da contaminação humana pelo Corona Vírus pelo consumo de carne de caça, além do aquecimento global, assoreamentos de represas e mananciais, desregulação das chuvas, deslizamentos de encostas, perda da fertilidade dos solos e a morte de espécies polinizadoras e que controlam pragas e doenças em cultivos agrícolas.

Ou seja, além dos prejuízos diretos à economia e a saúde pública destacados acima, a destruição de nossos ecossistemas trará impacto negativo ao Turismo, outro setor de importância estratégica para o Brasil. Certamente visitantes estrangeiros perderão o interesse em visitar as Cataratas do Iguaçu, o Corcovado, os Aparados da Serra, o encontro dos rios Negro e Solimões, Fernando de Noronha, para citar poucos exemplos, se estes locais deixarem de ser protegidos ou seu entorno for desmatado. Para se ter ideia do que isso impactaria, segundo o Ministério do Turismo, em 2017, 6,6 milhões de turistas do mundo entraram no país. No mesmo ano, dados da Organização Mundial do Turismo apontaram 10 milhões de desembarques internacionais nos aeroportos brasileiros, injetando US\$ 163 bilhões no País.

Na contramão destas evidências, o Brasil vem recentemente ampliando a destruição de seus ambientes naturais. No primeiro trimestre de 2020 o desmatamento na Amazônia Legal alcançou a marca recorde para o período de 79608 hectares (cerca de 80 mil campos de futebol oficiais), de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Preocupa o fato de que o primeiro trimestre de cada ano costuma ser o que apresenta os menores níveis de desmatamento na região, devido às chuvas que dificultam os incêndios e as operações de desmate. A possível aprovação de um Projeto de Lei no Congresso Nacional (PL 2633/2020), que pretende flexibilizar ocupações irregulares de terras públicas na Amazônia, pode estar influenciando estes dados, além do enfraquecimento e desmobilização dos órgãos oficiais de fiscalização e controle, de menores investimentos e recentes alterações nas estruturas públicas de governança ambiental.

Outro recente dado que corrobora com a percepção que o Brasil está afrouxando o controle sobre nossas florestas é que, após dois períodos consecutivos de queda, aumentou o desmatamento na Mata Atlântica, ecossistema que originalmente recobria praticamente toda a região próxima ao litoral brasileiro. Foram perdidos entre 2018 e 2019 um total de 14.502 hectares, crescimento de 27,2% em relação ao período anterior, que foi de 11.399 hectares, segundo o Atlas da Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Aqui, pode estar influenciando, além do mesmo enfraquecimento institucional, de recursos e fiscalização citados para a Amazônia, recomendação do Governo Federal para que o Código Florestal seja seguido, em detrimento da Lei da Mata Atlântica, mais restritiva, para efeitos de multas por desmatamentos e recuperação das áreas.

A região Sul, uma das maiores produtoras agrícolas do Brasil, sofre atualmente uma das maiores estiagens que se tem registro oficial, causando impactos além da agropecuária mas diretamente à população urbana, com rodízios, racionamentos e, até mesmo, distribuição de água potável por caminhões-pipa. Índícios da origem desta situação pode estar na comprovada influência da Floresta Amazônica sob as chuvas na região Centro-Sul do Brasil, além de localmente as áreas de nascentes e margens de rios que deveriam ser protegidas pela Mata Atlântica estarem cada vez mais fragmentadas. Por fim, destaca-se que o Brasil está vivenciando uma perda na imagem e credibilidade internacional, especialmente por investidores e parceiros comerciais, devido ao aumento nos desmatamentos e, inclusive, o acordo de comércio histórico Mercosul-União Européia encontra-se em risco, pela mesma razão.

*** Emerson Antonio de Oliveira é Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutor em Conservação da Natureza e Coordenador de Projetos Ambientais da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza**

Nota oficial da Anoreg-PR sobre PL de atualização das tabelas de custas dos cartórios do estado

A Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), a propósito dos Projetos de Lei de atualização das tabelas de custas dos Cartórios do Estado esclarece que:

1. A tabela de preços dos serviços prestados pelos Cartórios do Paraná, ao contrário de outras tabelas que são reajustadas anualmente, segue lei promulgada em 1970, portanto, está estruturada conforme a realidade de 50 anos atrás, não prevendo uma série de atos hoje praticados e que beneficiam a população, como divórcios, inventários, além de todo o rol de servi-

ços praticados eletronicamente.

2. Os valores cobrados compõem um fundo, que mantém 270 cartórios deficitários no Estado - responsáveis por registros de nascimentos e óbitos gratuitos a população -, que recebem menos de um salário mínimo e que não terão condições de se manter com os valores atuais, deixando a população de várias cidades desassistidas, caso tenham que fechar as portas.

3. Em relação às críticas pontuais sobre determinados atos específicos, como no caso da instituição de condomínio - uma ampla construção para fins comerciais

de compra e venda -, parte-se de um valor irrisório, o mais baixo do Brasil, justamente porque a tabela é defasada há 50 anos. Por esta razão, qualquer comparação de aumento percentual parece ser grande, mas quando se verifica o número bruto, não é esta a realidade e, mesmo com o aumento proposto, a taxa para este ato no Paraná seguirá sendo a menor do País.

Mônica Maria Guimarães de Macedo Dalla Vecchia
Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR)

Deputada Luciana vota contra aumento das taxas dos cartórios

“Sou contrária à aprovação desse projeto e também das emendas a ele”, disse a deputada Luciana. “Vão onerar ainda mais os custos de vida dos cidadãos paranaenses e nesse momento de pandemia, o prejuízo à população é mais grave”, acrescentou.

Curitiba, PR (09/09/2020) - Embora a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) tenha retirado da pauta de votação o PL 891/19 do Tribunal de Justiça, que trata do aumento das taxas praticadas pelos cartórios no Paraná, bem como a apreciação das emendas propostas para elevar ainda mais o percentual de reajuste desses valores, a deputada estadual Luciana Rafagnin (PT) manifestou seu posicionamento e voto contrários a essa matéria. Luciana vota contra o reajuste das taxas - como o fez na primeira votação da matéria no dia 1º/09 - e mantém esse posicionamento também na análise das emendas apresentadas no sentido de que esse aumento fique além da proposta original. “Sou contrária à aprovação desse projeto e também das emendas a ele”, disse a deputada Luciana. “Vão onerar ainda mais os custos de vida dos cidadãos paranaenses e, nesse momento de pandemia, o prejuízo à população é mais grave”, acrescentou.

Ela lembra que o povo paranaense está enfrentando um momento de incertezas e de inseguranças por conta das



crises no bojo da pandemia do novo coronavírus. “Em tempos de pandemia, quando a população vive incertezas, angústias, sofrimentos e inseguranças, por conta das crises econômica e sanitária causadas pelo novo coronavírus, não podemos admitir o aumento de taxas e de tarifas de forma alguma. Não

tem lógica, não é momento e, por isso, sou contrária ao projeto e às emendas”, afirmou.

Luciana aproveitou para elogiar a iniciativa da Mesa Diretora da Alep de chamar uma comissão para aprofundar o debate desse tema, antes de colocar novamente a matéria em votação.

Consultec
Contabilidade

[45] 3241-1717 - Cafelândia - Paraná

Código de Defesa do Consumidor completa 30 anos nesta sexta, 11

Nesta sexta-feira (11) a lei que criou o Código de Defesa do Consumidor completa 30 anos. A lei federal garantiu ao consumidor mecanismos para exercer a sua cidadania.

Aqui no Paraná, os consumidores têm também uma ferramenta que auxilia na consulta de leis estaduais de direito do consumidor e, com isso, fazer valer os seus direitos. É o aplicativo Agora é Lei no Paraná, criado em 2017 a partir de uma iniciativa da Diretoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Paraná.

O aplicativo reúne mais de 320 leis estaduais para o consumidor, que tratam da compra e venda de produtos e prestação de serviços. A pesquisa pode ser feita por palavra ou categorias (serviços, lazer, saúde, educação, segurança e meio ambiente).

Com o Agora é Lei no Paraná, o consumidor pode fazer valer seus direitos em lojas, supermercados, shoppings, restaurantes, hospitais, bancos, escolas e companhias aéreas com uma simples consulta no aplicativo instalado no celular. O app pode ser baixado na versão Android e IOS, de forma gratuita.

"Apenas com o trabalho e o talento dos funcionários da Assembleia criamos um aplicativo que além de dar destaque para a atividade dos deputados, coloca nas mãos das pessoas um poderoso instrumento na defesa dos seus direitos", destacou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSDB). "Nossa comunicação está trabalhando em sintonia com o que há de mais moderno e buscando novas formas de ampliar a divulgação de tudo o que ocorre aqui na Assembleia", completou.

A ferramenta é muito mais do que um simples recurso tecnológico, o aplicativo Agora é Lei no Paraná é, sobretudo, um instrumento de cidadania na medida em que qualquer cida-



dão pode, de forma rápida e fácil, acessar a legislação de consumo tendo, portando, acesso aos seus direitos.

Por isso, o objetivo é estimular que os paranaenses conheçam o aplicativo e utilizem mais esse recurso para fazer valer os seus direitos. "A gente quer incentivar a população para que tenha o aplicativo na palma da mão, no celular, para que possam cobrar os seus direitos em qualquer lugar e fazer valer as leis que estão em vigor no Paraná", ressalta Kátia Chagas, Diretoria de Comunicação da Assembleia.

Leis - Entre as leis apresentadas no aplicativo estão diversas que envolvem o momento de pandemia a qual passam todos os brasileiros, como a lei 20.189/2020, que torna obrigatório o uso de máscaras durante a pandemia da covid-19; e a lei 20.187/2020 que proíbe que planos de saúde cobrem taxas adicionais no tratamento da covid-19, bem como exige a esterilização de máquinas de cartão e carrinhos e cestas de compras para evitar a proliferação do coronavírus.

O aplicativo também apre-

senta leis como a 16.136/2009 que determina que os estabelecimentos comerciais situados no Paraná, devem manter um exemplar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor para a consulta, quando solicitada, pelos clientes.

Também consta no aplicativo a lei 19.534/2018 que tornou obrigatória a apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula de estudantes, com até 18 anos, das redes públicas e privadas no Paraná; a lei 19.582/2018 que permite o desembarque, das 22 às 5 horas, de mulheres, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano em local mais seguro e acessível; a lei 17.949/2014 que determina que banho e tosa de animais sejam realizados em locais que possi-

bilitem aos clientes e visitantes do estabelecimento a visão total dos serviços e também a instalação de um sistema de gravação dos serviços que poderão ser acompanhados pelos clientes; a lei 18.946/2016 que obriga a divulgação, na entrada dos estabelecimentos comerciais, das formas de pagamentos aceitas; a lei 18.943/2016 que proíbe que estabelecimentos comerciais determinem um valor mínimo para compras e consumos com cartão de débito e crédito; e a lei 18.822/2016 que obriga fornecedores de serviços prestados de forma contínua, como telefonia, internet e tv a cabo, a conceder a seus clientes antigos os mesmos benefícios de promoções realizadas para atrair novos clientes.

Premiação - A ferramenta acumulou prêmios, indicações e menções em premiações de

Aplicativo agora é lei no Paraná é um instrumento de defesa para o consumidor

ALEP

relevância nacional. O principal deles foi a escolha do aplicativo como vencedor do Prêmio Redes 2019, concedido em abril. A premiação ocorreu no 8º Redes WeGov, evento multitemático que reuniu agentes públicos e estudiosos da administração pública para debater o uso das novas ferramentas tecnológicas na comunicação do setor, além de trocar experiências sobre iniciativas bem-sucedidas. A ferramenta criada pela Assembleia superou outros 25 projetos de todo o país.

O projeto criado pela Assembleia Legislativa também foi finalista no prêmio Assembleia Cidadã, promovido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), realizado durante a 23ª Conferência realizada em Salvador, na Bahia, em novembro de 2019.

Em 2017, recebeu "Menção Honrosa do Prêmio e-Gov", do Ministério do Planejamento e da Associação Brasileira de Entidades de Tecnologia da Informação e da Comunicação, o mais importante reconhecimento do País a projetos e soluções de governo eletrônico com uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação. O projeto foi o único entre os 12 finalistas a ser desenvolvido por um Legislativo estadual.

Zonas eleitorais iniciam testes de urnas



Como parte da preparação para as Eleições 2020 no Paraná, as zonas eleitorais deram início aos testes de manutenção preventiva das urnas eletrônicas, procedimento conhecido entre os serventuários da Justiça Eleitoral como "run in". A intenção é prevenir falhas nos equipamentos de votação no dia do pleito, que neste ano acontece em 15 de novembro (primeiro turno) e 29 de novembro (segundo turno).

Durante a atividade, são testados os componentes internos das urnas e os sistemas eleitorais e também carregadas as baterias. Os testes são feitos por terceirizados contratados por meio de licitação, com o auxílio e supervisão dos servidores do cartório.

Já a fase posterior de preparação das urnas, que inclui a alimentação do sistema com os dados, é feita exclusivamente por servidores. A última etapa do processo de preparação das urnas - Cerimônia de Carga e Lacração - é supervisionada pelo Ministério Público, juízes, imprensa, candidatos e interes-

sados. A cerimônia está prevista na Resolução TSE Nº 23.611/2019.

Parque de urnas

O Paraná conta atualmente com 25,7 mil urnas eletrônicas, que atendem os 8,1 milhões de eleitores em 21.303 seções eleitorais situadas em 4.801 locais de votação nas 399 cidades do Paraná. Destas, cerca de 4 mil urnas são de contingência, ou seja, reservadas para o caso de necessidade de substituição.

No Paraná, cada uma das 186 zonas eleitorais é responsável pelo armazenamento das urnas utilizadas em suas seções eleitorais. Elas ficam abrigadas em depósitos próprios situados nos fóruns eleitorais e são testadas e preparadas conforme as datas previstas nas normas eleitorais.

Texto: Enya Melissa Murara
Foto: Fórum Eleitoral de Ibiaporã
Supervisão: Melissa Diniz Medroni
Coordenação: Rubiane Barros Barbosa Kreuz
CCS/TRE-PR

Convenções partidárias iniciam na próxima segunda-feira

A partir da próxima segunda-feira, a maioria dos partidos estarão iniciando as convenções para definir seus candidatos tanto para a prefeitura quanto para a Câmara de Vereadores e quais coligações para o pleito majoritário. Os candidatos a vereadores (as) terão que buscar forças dentro dos partidos para se elegerem, pois nesta eleição não terá coligação para essa candidatura.

Os principais partidos agendaram para dia 16 à noite, as suas convenções como forma estratégica para segurar as coligações e angariar maior apoio possível. Outros, já decidiram por fazer no dia 14 ou 15 e já bater o martelo, pois muitos pré-candidatos não abrem mão de suas candidaturas, embora a corrida só comece com o aval do partido.

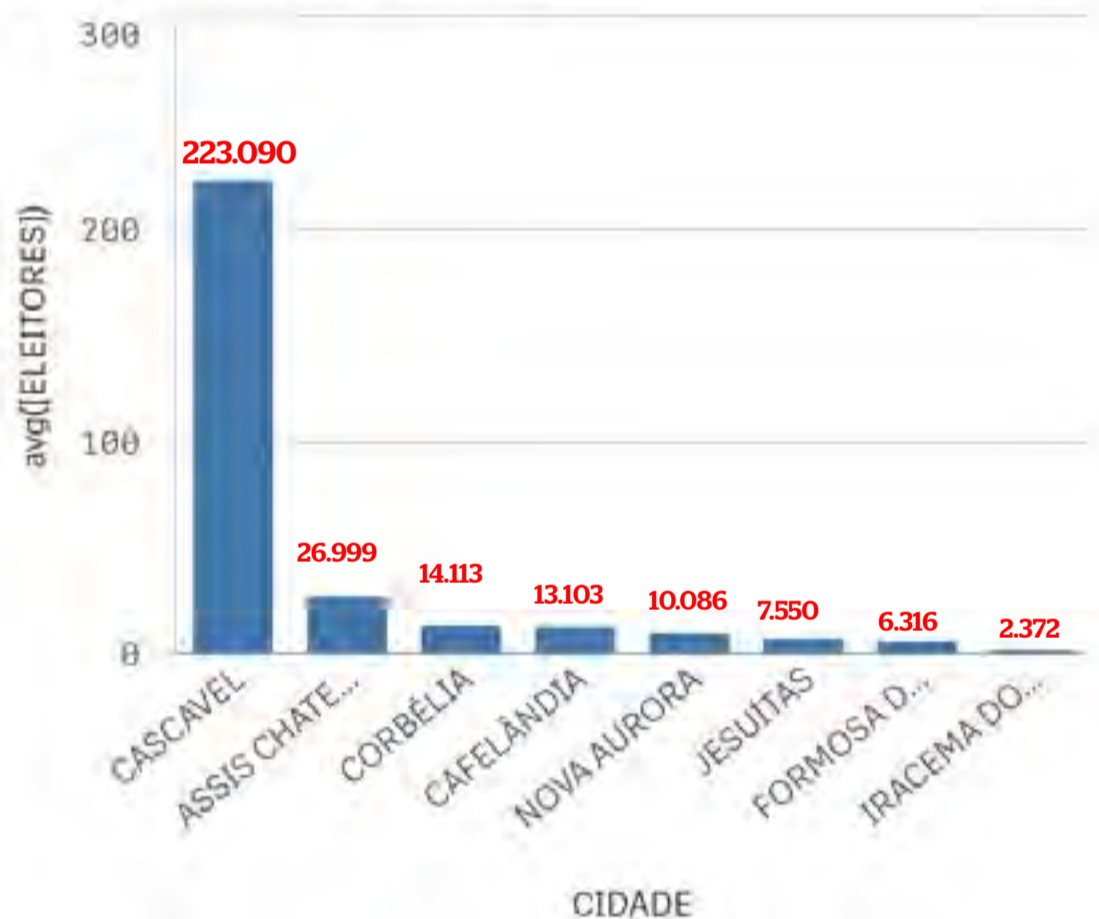
As convenções vão ser feitas em sua maioria pela internet, via chat por conta da pandemia que está limitando essas reuniões e exigindo o máximo de cuidado.

A agenda em Cafelândia conforme apurou nossa equipe e os que confirmaram o calendário são:

Podemos	dia 14	19:30hs
PSDB	dia 14	18:00hs
MDB	dia 16	21:00hs
DEM	dia 16	19:30hs
PDT	dia 16	19:00hs
PSD	dia 15	20:00hs
Cidadania	dia 14	19:00hs
PL	dia 16	19:00hs

A região do Médio Oeste, onde o jornal Integração circula conta com os seguintes municípios e segunda levantamento, o número de eleitores está dividido da seguinte forma:

avg(ELEITORES) por CIDADE



Genesis
Laboratório de Análises Clínicas

(45) 9 9988-5781 / (45) 3241-2624

Rua Senador Nereu Ramos, 315
Cafelândia -PR.

BIONOVA
ENERGIA SOLAR

<http://www.bionovasolar.com.br>

Av. São Luiz, nº 1275 Sala 01 - Centro, Nova Aurora Pr.
(45) 3243-1124 - (45) 9 8404-1397
Av. Visconde de Mauá, nº 273 - Baim's Oficinas, Ponta Grossa Pr.
(42) 3323-0755 - (42) 999342948
Rua Montes Claros nº 1838 - Bairro Jd. Global, Umuaramá Pr.
(44) 9786-8832

Secretaria de Saúde de Assis faz novo balanço e alerta sobre a dengue

A Prefeitura de Assis Chateaubriand segue com a estrutura criada para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). As ações emergenciais já duram 176 dias, desde março, quando começaram a ser adotadas medidas preventivas e organizado um plano de trabalho para conter a disseminação do vírus que chegava ao Paraná.

Nesta quarta-feira (9), a Secretaria Municipal de Saúde fez um novo balanço com números que relatam a situação na cidade. De acordo com o secretário da pasta, Renato Augusto Marcon, o município vem conseguindo manter o controle da doença e satisfatória eficácia no tratamento e na recuperação de pacientes. Mas ele alertou que não pode haver relaxamento.

"A população não deve mudar o comportamento e achar que tudo está normalizado. Temos que ser claros que a pandemia não acabou. Ainda estamos tendo uma quantidade significativa de internamentos e uma média diária de 100 novos casos a nível regional. Não podemos baixar a guarda neste momento e é preciso que a população mantenha os cuidados", disse ele.

Nesta quarta-feira, a Secretaria de Saúde registrou cinco novos casos, conforme informado no boletim publicado no final da tarde. Com isso, Assis chega a 471 casos de Covid oficialmente confirmados, além de outros 48 positivados feitos em laboratório privado e que aguardam validação do Ministério de Saúde. Cinco óbitos já foram registrados, vitimando três mulheres e dois homens, com idade entre 37 e 85 anos, ocorridos nos dias 4 e 5 de junho, 13 e 14 de julho e mais recentemente no dia 28 de agosto.

A quantidade de curados é de 421 pessoas e 45 seguem em tratamento. Destas, uma está internada na UTI e uma na enfermaria do Hospital Beneficente Moacir Michelto. Os outros 43 pacientes estão em tratamento domiciliar com determinação da Vigilância Sanitária para que mantenham isolamento social. Todos assinaram o Termo de Notificação e Consentimento, onde são alertados das consequências administrativas e criminais previstas em decreto municipal e no Código Penal Brasileiro, caso sejam flagrados descumprindo o isolamento durante o período estabelecido pelos profissionais de saúde.

Ainda conforme o boletim, há 23 casos suspeitos em investigação e outros 1.148 foram descartados,



após os testes e exames apontarem resultados negativos.

Ambulatório Referência

Conforme balanço divulgado pela Secretaria de Saúde, desde quando entrou em funcionamento, no dia 30 de março, o Ambulatório Referência realizou 5.390 atendimentos. A estrutura funciona na Unidade Central Maria Efigênia e foi criada exclusivamente para atendimentos a pacientes com sintomas respiratórios e possíveis suspeitos de Covid.

Das consultas, 747 pacientes foram encaminhados de outras Unidades Básicas de Saúde. Entre os pacientes, 2.447 foram diagnosticados com suspeitas de coronavírus e, quando necessário, encaminhados para o Hospital Beneficente.

"Esse trabalho preventivo certamente evitou o agravamento dos sintomas em muitos pacientes contaminados que foram atendidos no ambulatório e passaram a ser medicados e acompanhados por profissionais de saúde. O resultado expressivo é gratificante, mas, ao mesmo tempo, lamentamos muito os cinco óbitos ocorridos em decorrência da Covid", comentou o secretário.

Portal da Transparência

Conforme detalhado no Portal da Transparência Covid-19, o Município destinou R\$ 2,1 milhões para investimentos em caráter emergencial na saúde para contratação de 27 novos profissionais, sendo 2 médicos clínicos gerais, 4 enfermeiros, 18 técnicos de enfermagem e 3 farmacêuticos, além de servidores administrativos que foram deslocados

para auxiliar em trabalhos do setor. Por meio de dispensa de licitação, contratações emergentes também estão ocorrendo para aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos de proteção individual.

O Portal é acessado pelo site www.assischateaubriand.pr.gov.br, clicando no banner Transparência, por onde o internauta é direcionado para uma página exclusiva alimentada com as informações sobre todos os gastos e das ações específicas em razão da calamidade pública.

Novo decreto

O Município avançará numa nova etapa do plano de retomada e, nesta semana, novo decreto será publicado flexibilizando novas atividades. Conforme definido pelo Gabinete de Crise para enfrentamento à pandemia, formado por representantes de órgãos e entidades da sociedade, com acompanhamento do Ministério Público, aprovou-se a autorização para que algumas atividades sejam reativadas, como a prática esportiva, ampliação do horário de atendimento do comércio, realização de cursos e eventos com limitação de público, entre outras, que deverão seguir planos contingenciais e passarão a ter validade somente a partir da publicação do decreto.

Alerta para a dengue

Também nesta quarta-feira, a Secretaria de Saúde divulgou o resultado do terceiro Levantamento de Índice Rápido do Aedes aegypti (LIRAa) deste ano de 2020, que apontou índice de 0,7% - nível que ainda mantém a cidade num status de baixo risco. No entanto, o secretário Renato Marcon alerta que, com a elevação das temperaturas, a preocupação com a dengue já começa a aumentar e focos do mosquito transmissor estão sendo encontrados nas residências.

"Nos 1.154 imóveis vistoriados pelos agentes de endemias na primeira semana deste mês de setembro, foram aplicadas 3 multas por reincidência e 8 notificações. Infelizmente, existem moradores que não colaboraram para evitar a reprodução do mosquito e o resultado dessa falta de consciência pode ser perigoso. É preciso que todos façam sua parte para evitarmos uma nova epidemia, como a enfrentada no início do ano, quando mais de 3 mil casos foram confirmados em Assis Chateaubriand", alertou o secretário de Saúde.

É preciso juntar forças para mostrar o agro a sociedade

O desafio é grande, mas a comunicação do agronegócio leva cada vez mais informação à sociedade, seja com ações, campanhas e trabalhos que mostram o nível de tecnologia do campo, com o propósito de criar empatia e confiança, além de conectar o consumidor com o produtor rural - ao mesmo tempo em que desmistifica a produção agrícola.

A comunicação valoriza o trabalho dos milhões de produtores rurais, que trabalham de sol a sol para alimentar o presente e o futuro, assim como mostra à sociedade o trajeto dos alimentos até chegar à mesa, reforçando que o campo movimenta a economia do país e é essencial no dia a dia das pessoas. Esse trabalho é um dos pilares da atuação da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA), entidade que há mais de quatro décadas realiza várias iniciativas para fomentar e promover o conhecimento da disciplina do Marketing nas empresas, nas agências e juntos aos profissionais de comunicação e marketing das diversas cadeias do agronegócio, fomentando, valorizando e defendendo a comunicação e o marketing do agro, tendo como referência a transmissão de informações transparentes e verdadeiras para a sociedade urbana.

É preciso acreditar no trabalho de relações públicas como ferramenta essencial para contribuir com o entendimento do agronegócio por toda a sociedade. Estabelecendo um diálogo aberto e responsável com o público urbano, é possível contribuir para a demonstrar o valor do setor produtivo. Para Daniela Ferreroni, diretora da ABMRA, mais do que falar de um produto ou de uma marca, é preciso explicar o benefício que determinada tecnologia gera à toda a sociedade. "Participar de organizações como a ABMRA e apoiar discussões de grupos é outro ponto importante para avançar no diálogo do campo com a população urbana. Levantar a mensagem certa do campo para a cidade passa por questões setoriais importantes, como a segurança alimentar da população, a geração de empregos e renda, o investimento em pesquisas e novas tecnologias, entre outras pautas positivas que precisam ser apoiadas por todos os que estão comprometidos com o sucesso do agronegócio no país",

ressalta Daniela.

Kelly Nakaura, diretora de tecnologia & inovação da ABMRA, entende que as empresas podem (e devem) seguir com seus esforços individuais de promoção da imagem do agronegócio a partir de suas ações de comunicação e propaganda. No entanto, o grande salto impulsionador virá da organização coletiva em torno do interesse comum em clarificar, informar e educar a sociedade a respeito do agronegócio. "Neste sentido, o primeiro passo é estabelecer contato entre empresas num ambiente em que prevaleça a discussão e troca de ideias em benefício do todo. Vejo as associações com um papel relevante de prover este ambiente, organizar discussões e planos de ação e proporcionar a ampliação do networking entre os profissionais do setor".

A população reconhece que as pessoas vivem mais e com mais qualidade, com a ingestão de alimentos saudáveis e seguros. Carlos Alberto da Silva (Carlão da Publique), diretor de produção agropecuária da ABMRA, ressalta o importante papel de levar informações confiáveis à população. "É preciso um longo trabalho da cadeia produtiva em 'tornar comum' à sociedade que ela come bem, vive cada vez mais, morre cada vez mais tarde, tem cada vez mais saúde. Isso ocorre por causa do avanço da medicina e da segurança alimentar propiciada pelos produtores rurais e pela agroindústria. Estas duas áreas, produção e indústria, também precisam comunicar melhor o que fazem de bom", lembra Carlão.

Essa soma de esforços é essencial para o agronegócio realizar movimentos de grande impacto, com consistência e continuidade, que ajudem a desconstruir a imagem negativa e construir a imagem positiva do campo. "Também nesta missão de fortalecer a imagem do agro brasileiro, vejo espaço para a ABMRA, como a entidade que detém e promove a expertise de marketing do setor. E que pode fomentar esta organização e união entre as diversas empresas associadas, com o objetivo maior de comunicar, promover, informar a sociedade urbana sobre o setor que representa quase um quarto da econômica brasileira", conclui Kelly Nakaura.

Pise firme com este nome

CENTER CALÇADOS

Cafelândia PR. (45) 99962-0587

É tempo de sentir o Gosto Bom da vida!

Surpreenda-se!

Auxílio emergencial não vai chegar a todos: “Governo está zombando da população”, diz Fenaee

Menos de uma semana após prorrogar o auxílio emergencial no novo valor de R\$ 300 – metade do inicial – o governo muda o tom usado no anúncio das parcelas “residuais” e informa que os quatro pagamentos extras do benefício não chegarão para todos. Os beneficiários que começaram a receber o auxílio em julho, por exemplo, só terão direito a uma parcela de R\$ 300.

“O governo está zombando da população, que precisa do auxílio emergencial para sobreviver”, afirma o presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenaee), Sérgio Takemoto. “Anunciam a prorrogação do benefício, dizem que o presidente Bolsonaro olha para todos os brasileiros sem deixar ninguém para trás; mas, não esclareceram que estão deixando [para trás], sim, porque só parte dos beneficiários vai receber as quatro parcelas extras. Este governo não trata com isonomia os seus cidadãos”, acrescenta Takemoto.

De acordo com a Medida Provisória 1000/2020, que prorrogou o auxílio emergencial, o prazo para o pagamento das parcelas de R\$ 300 começou a contar da data da publicação da MP, no último dia 3, e termina em 31 de dezembro. Portanto, são mais quatro meses de concessão do benefício e só terão direito a mais quatro parcelas residuais (de R\$ 300) as pessoas que começaram a receber o auxílio em abril.

Quem teve acesso ao benefício só em julho, receberá a quinta parcela de R\$ 600 em novembro. Ou seja, terá direito a apenas uma parcela residual (de R\$ 300) até o final do prazo estabelecido pela MP 1000.

A decisão do governo pode prejudicar muitos trabalhadores informais. O motivo é que, em alguns casos, mesmo quem se inscreveu em abril só conseguiu começar a receber o benefício meses depois, seja por demora na análise do cadastro seja porque precisou contestar resposta negativa do governo sobre o pedido do auxílio. O prazo final para inscrição ao benefício foi até 2 de julho.

Em resposta à Fenaee, o Ministério da Cidadania confirmou que “serão pagas até quatro parcelas do novo valor. Contudo, o benefício acaba em dezembro deste ano, ou seja, quem começou a receber o auxílio emergencial em abril, terá direito às quatro parcelas. Quem passou a receber a partir de julho, por exemplo, terá direito a apenas uma parcela do novo benefício, que será paga no mês de dezembro”.

ERROS DO GOVERNO – O presidente da Fenaee reforça que a parcialidade do governo vai prejudicar as pessoas que não conseguiram efetivar o cadastro para receber o pagamento por conta de erros do próprio governo. “Muitos trabalhadores só começaram a receber a primeira parcela depois de abril



porque o governo cometeu falhas”, observa Sérgio Takemoto. “Houve erros no sistema e negativas do Ministério da Cidadania e da Dataprev, além de outros motivos. Agora, querem jogar nas costas da população a conta da falta de planejamento. É inadmissível”, enfatiza.

A Fenaee solicitou à assessoria de imprensa da Caixa Econômica uma estimativa de quantos benefi-

ciários serão prejudicados porque vão deixar de receber todas as parcelas extras. Até o momento, a Federação não recebeu resposta da Caixa.

SEM CRONOGRAMAS – A MP 1000 também criou regras mais duras para a continuidade do recebimento do auxílio emergencial (com exceção dos integrantes do

Bolsa Família). Até agora, o cronograma de pagamentos do novo valor de R\$ 300 só foi divulgado pelo governo para os beneficiários do programa. Para o grupo do Bolsa Família, as parcelas extras começarão a ser pagas no próximo dia 17 e até o dia 30 deste mês, de acordo com a terminação do NIS.

Fonte: Fenaee.

Consulta: consórcios públicos podem realizar licitação compartilhada e “carona” segundo TCE-PR

Consórcios públicos podem realizar licitação compartilhada ou efetuar “carona” em certame, com a utilização das modalidades concorrência, tomada de preços e convite; e seus tipos previstos em lei. O procedimento licitatório pode ser executado na forma presencial ou na eletrônica, exclusivamente para o Pregão e o Regime Diferenciado de Contratação (RDC).

Em relação ao Sistema de Registro de Preço (SRP), a participação de entes consorciados pode ocorrer antes da realização da licitação - licitação compartilhada -, com o encaminhamento ao consórcio, ainda na fase de planejamento do certame, das especificações do objeto e da futura Ata de Registro de Preços (ARP). No SRP, o consórcio também pode participar depois da realização da licitação - carona -, caso o registro tenha sido realizado sob o RDC, já que é admitida pela legislação a adesão posterior à efetuação da ARP.

Os participantes não estão obrigados a contratar o objeto licitado, mesmo após a homologação do resultado da licitação compartilhada. Mas, caso queiram contratar, os consórcios são responsáveis pela celebração dos respectivos contratos e pelo envio dos dados relativos à contratação e à execução do objeto ao Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), salvo disposição contrária expressa em norma da Corte.

O consórcio público também pode participar apenas como órgão gerenciador da licitação, pois

a legislação atribui ao consorciado a competência pela celebração de contratos derivados das licitações promovidas pelo consórcio.

Além disso, os consórcios podem participar em licitação compartilhada de entes públicos integrantes da administração indireta dos municípios consorciados, conforme previsão normativa; e realizar essa forma de licitação para a contratação referente a quaisquer objetos.

Essa é a orientação do Pleno do TCE-PR, em resposta à Consulta formulada pelo presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental (Cica), por meio da qual questionou se consórcios públicos poderiam realizar licitação compartilhada ou carona em certame de SRP.

Instrução do processo

A Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) do TCE-PR lembrou que é lícita a formação de consórcio público para realização de licitação, nos termos do artigo 112 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), e do artigo 19 do Decreto Federal nº 6.017/07. Mas ressaltou que os participantes do consórcio que tiverem interesse em contratar a empresa vencedora deverão firmar o respectivo contrato - anexo do edital da licitação - e encaminhar os dados para o SIM-AM do TCE-PR.

A unidade técnica considerou possível a participação do consórcio público apenas na condição de órgão gerenciador da licitação; e, finalmente, enfatizou que o consórcio público pode realizar licitação

de qualquer objeto, desde que a contratação seja motivada e tenha por finalidade o atendimento aos seus objetivos contratualmente definidos. O Ministério Público de Contas (MPC-PR) concordou com a CGM.

Legislação

As modalidades de licitação previstas nos incisos I a III do artigo 22 da Lei de Licitações e Contratos são concorrência, tomada de preços e convite; e os tipos de licitação para aquisições, previstos no parágrafo 1º do artigo 45 dessa lei, são menor preço, melhor técnica e técnica e preço.

O do artigo 112 da Lei nº 8.666/93 estabelece que, quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública, caberá ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento. O parágrafo 1º desse artigo fixa que os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados; e o parágrafo 2º, que é facultado à entidade interessada o acompanhamento da licitação e da execução do contrato.

O artigo 1º da Lei nº 10.520/02 (Lei do Pregão) fixa que poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão para aquisição de bens e serviços comuns. O artigo 4º, X, dessa lei dispõe que, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especifica-

ções técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

A Lei nº 12.462/11 instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Seu artigo 18 estabelece que poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento: menor preço ou maior desconto; técnica e preço; melhor técnica ou conteúdo artístico; maior oferta de preço; ou maior retorno econômico.

O parágrafo 1º do artigo 32 da lei que instituiu o RDC fixa que poderá aderir ao Sistema de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades que justifiquem a adoção do regime diferenciado.

O Decreto nº 6.017/07 dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. O seu artigo 19 expressa que “os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da federação consorciados”.

Decisão

O relator do processo, conselheiro Durval Amaral, lembrou que lei permite que os consórcios públicos realizem licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados; e que que os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela adminis-

tração direta ou indireta dos entes da federação consorciados. Assim, ele concluiu que é legal a realização de licitação compartilhada por consórcios públicos.

Amaral ressaltou que, a princípio, seriam aplicáveis à licitação compartilhada todas as modalidades prescritas em lei. No entanto, ele destacou que, no caso de realização do certame pelo consórcio e celebração dos contratos pelos consorciados, não seriam aplicáveis o concurso e o leilão.

O relator também salientou que no caso da opção pela modalidade pregão ou da aplicação do RDC, seriam admissíveis as duas formas: presencial e eletrônica; e que deve ser utilizada a forma presencial nos demais casos. Ele lembrou, ainda, que o TCE-PR determina que a opção pelo pregão presencial em detrimento do eletrônico sempre deverá ser justificada.

O conselheiro considerou, ainda, que a participação de entes consorciados, no caso do SRP, pode ser dada antes da realização do certame - licitação compartilhada -; ou posteriormente, sem que tenha havido sua intervenção nos procedimentos iniciais da licitação, mediante adesão posterior à ata de registro de preços - carona -, caso o registro tenha sido processado por meio do RDC.

Finalmente, Amaral afirmou que, uma vez homologado o resultado da licitação compartilhada, os participantes não estão obrigados a contratar o objeto licitado; mas que a responsabilidade pela formalização do contrato é do ente consorciado que optar pela contratação. Ele acrescentou que é possível a participação do consórcio público apenas como órgão gerenciador do certame; e que os consórcios públicos podem realizar licitação compartilhada de qualquer objeto.

Agro ocupa o 2º lugar em empregabilidade no PR



Com o surgimento do novo Coronavírus e a necessidade de isolamento, a economia do Brasil foi e segue sendo afetada. Já são 12,9 milhões de trabalhadores em busca de uma oportunidade de trabalho. Só na segunda semana de Agosto, houve o aumento de 300 mil pessoas desempregadas. Esses dados foram divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). No Paraná, o saldo negativo já atingiu 22 mil postos de trabalho, de acordo com o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Neste cenário, as habilidades exigidas para as vagas no mercado de trabalho vão além das técnicas. Avaliações comportamentais, ter um segundo idioma, e aderência a valores globais são os diferenciais. “Antes aprender inglês, fazer um curso superior ou mesmo um intercâmbio era possível apenas para quem tinha uma excelente condição financeira. Hoje é possível a preços justos e com ensino de qualidade. Basta dedicação do aluno”, explica Nathan Souza, professor e franqueado da escola de inglês, Minds Idiomas (Cascavel e Palotina).

Nathan é professor desde os 17 anos, e hoje com 26 anos abrirá a sua segunda escola de idiomas no estado do Paraná. A cidade escolhida foi Palotina, um dos 10 municípios que mais está empregando desde o começo da pandemia. De acordo com o CAGED, as cidades que apresentaram o melhor desempenho de empregabilidade são: Arapongas, Umuarama, Ponta Grossa, Rolândia, Ortigueira, Cafelândia, Palmas, Cambé, Colombo e Palotina.

O nicho que apresenta mais vagas disponíveis no mercado de trabalho Paranaense é o da Indústria da Transformação,

seguido da Agricultura (Agroindustrialização), construção civil e comércio. Apenas o setor de serviços tem resultado negativo (Dados de Julho/2020 do Departamento do Trabalho e Estímulo à Geração de Renda da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho).

Em Palotina, cidade que receberá no próximo dia 15 de Setembro, a escola Minds Idiomas, dentro do polo da Universidade Unicesumar. A rede de idiomas oferece também pacotes de intercâmbio da Minds Travel, empresa parceria e especializada em intercâmbios da língua inglesa.

1% da população brasileira tem fluência no inglês, 5% sabe se comunicar um pouco no idioma, e 95% não fala inglês (Dados da instituição British Council). No ramo da agroindustrialização existe a necessidade de se comunicar no idioma principalmente para transações internacionais (exportações). “A nossa unidade em Cascavel opera há 10 anos. Agora, em 2020, inauguramos a minha segunda escola de idiomas no Paraná. Escolhi Palotina porque além de operar dentro da universidade em que os jovens precisam aprender inglês, o mercado de trabalho da cidade está aquecido, mesmo na pandemia. No dia 15 de Setembro estaremos operando dentro da Unicesumar”, comemora Nathan Souza, franqueado da Minds Idiomas e que já está com 30 novos alunos.

É o primeiro curso da cidade de Palotina de aprendizado rápido do inglês. O curso regular tem 18 meses de duração, aulas que são marcadas de acordo com os melhores horários dos estudantes, e funcionará no campus da Unicesumar - Palotina. Além disso, terá o modelo híbrido - Online e/ou presencial - em decorrência da pandemia.

“O maior ganho que os jovens e adultos de Palotina tem ao fazer o curso de inglês é conseguir unir o aprendizado do idioma mais pedido no mercado de trabalho, dentro e fora do Brasil, e a experiência do intercâmbio. Isso porque o estudante pode fechar o curso de 18 meses seguido do pacote de intercâmbio. Tudo facilitado e que cabe no bolso. Falar inglês e ter uma vivência no exterior abrirá portas no mercado de trabalho paranaense e demais lugares do Brasil”, finaliza Nathan Souza.

Serviço:

Inauguração Minds Idiomas - Palotina

Data: 15/09/2020

Endereço: Unicesumar (Palotina) - Rua Getúlio Vargas, 955, Centro

Para fazer parte do 1% da população brasileira que fala inglês, acesse: www.mindsidiomas.com.br

Sobre a Minds Idiomas

Com 13 anos de existência o segredo da rede de idiomas Minds é a tecnologia. Com 72 escolas em todo país, a Minds foi a primeira rede a implantar o ensino do inglês em tablets mantendo os livros físicos. Com especialistas em captação de conteúdo, a CEO Leiza Oliveira, tem a consciência que a forma de aprendizado de cada criança e adulto é individual. Personalização e inovação são as palavras que movem franqueados e alunos da rede. O tempo de duração do curso da Minds é de 18 meses e há outras modalidades de ensino personalizadas. Acesse o nosso site e conheça mais sobre o mundo Minds:

www.mindsidiomas.com.br

Terminou ontem o período do Vazio Sanitário da soja no PR



Depois três meses de vigência, o período do Vazio Sanitário da soja terminou ontem, dia 10. A partir de agora está liberado o plantio da cultura da soja em todo o território paranaense.

O Vazio Sanitário é uma medida de manejo agrícola prevista em legislação fitossanitária adotada pela Adapar (Agência de Defesa Agropecuária do Paraná). O objetivo é conter o avanço da ferrugem da soja, doença que se não for controlada de forma adequada pode causar prejuízos econômicos de até 90% à cultura da soja no Estado.

Na área de atuação da Copacol, onde a soja é a cultura que mais se destaca no perío-

do do verão, mesmo com o fim do Vazio Sanitário, o engenheiro agrônomo da Copacol, João Maurício Roy, faz uma alerta aos produtores com relação as condições do clima, que segundo ele não está favorável a semeadura do grão no momento.

“É importante que os produtores possam ter um pouco de paciência neste momento. Aguardamos o retorno da chuva para que possamos fazer uma semeadura da melhor maneira possível. Sabemos que uma lavoura de alto rendimento inicia se com uma semeadura de qualidade. Um plantio no pó coloca em risco todo um investimento de sementes e fertilizantes”, orienta João Maurício.

INVESTIMENTO É NO SICOOB.

SEU PATRIMÔNIO CRESCE E A SUA REGIÃO TAMBÉM

Hoje apóiamos uma das diversas opções de investimento e oferecemos aos nossos clientes a oportunidade de investir em seu futuro, fortalecendo sua capacidade financeira e contribuindo para o desenvolvimento da sua região. No Sicoob Invest, você investe, fortalece seu patrimônio e investe em todo o Paraná juntos.

Clareza e transparência são as bases do investimento SICOOB

SICOOB
Associação

Copacol lança novas receitas para a Semana do Pescado

Todo mundo sabe que o peixe é fonte de vitaminas, minerais e proteínas essenciais para a saúde. Por isso, nesta primeira quinzena de setembro acontece a Semana do Pescado, cujo objetivo é incentivar o consumo deste alimento.

A Copacol, buscando cooperar com uma alimentação mais saudável, prática e saborosa para todos, adere todos os anos a esta semana e realiza ações importantes para mostrar o quanto a proteína de peixe é importante, e como pode ser preparada de maneira simples e fácil.

"Neste ano, a Cooperativa apresenta aos consumidores uma releitura de receitas clássicas, tradicionalmente elaboradas com frango, utilizando o filé de tilápia, afinal o peixe proporciona uma alimentação mais leve, saudável e muito saborosa", explica Alessandro Guerra, gerente de Marketing da Copacol.

Além de disponibilizar gratuitamente um e-book aos seus consumidores, a Copacol contou com uma mãozinha de três influenciadores digitais - Bella Falconi (nutricionista), Raul Lemos (vice-campeão do MasterChef 2) e Diego Assalve (maior youtuber de canal de receitas) - que ensinam receitas fáceis de preparar e deliciosas. Todas

Coopere com a saúde de quem você ama.

As crianças adoram os Filés de Tilápia Copacol porque eles têm sabor suave e não têm espinhas! É as mães amam ter praticidade no dia a dia. Descubra novas receitas em: diadepeixe.com.br.

Copacol
Coopere Sempre

NOVA Edição 2020

elas utilizando o filé de tilápia Copacol.

Novas Receitas

Entre as várias receitas disponíveis no site diadepeixe.com.br, a Copacol destaca cinco novidades: Panqueca de Tilá-

pia; Batata Recheada com Strogonoff de Tilápia; Yakisoba de Tilápia; Arroz de Forno com Filé de Tilápia e Tilápia Grelhada na Churrasqueira;

"Todos que acessarem o site diadepeixe.com.br poderão encontrar mais receitas e dicas de alimentação saudável. Lá tam-

bém está disponível o e-book para download e muitas outras informações sobre como se alimentar de uma forma mais saudável", diz Guerra.

Semana do Pescado

A tradicional campanha de

estímulo ao consumo de pescado no Brasil chega à sua 17ª edição, confirmando o tradicional período de 1º a 15 de setembro. A Semana do Pescado incentiva a comercialização de todos os itens de pescado (peixes, moluscos e crustáceos) no varejo e food service.

